

José Cruz



Marco Maciel (E) preside a reunião da CCJ, ao lado dos senadores Tasso Jereissati e Jarbas Vasconcelos

Grampo ilegal pode dar mais de 7 anos de prisão

A Comissão de Justiça aprovou, em turno suplementar, projeto que prevê pena de até sete anos e meio de prisão para servidor público que participar de grampo ilegal. A oferta de serviço privado de interceptação também passa, segundo o projeto, a ser crime punível com até três anos de reclusão. Já a Comissão de Ciência e Tecnologia acolheu proposta que obriga o vendedor a fornecer à Polícia Federal os dados cadastrais dos compradores finais. **4 e 5**

Estados e municípios receberão R\$ 3,2 bi para compensar perda

Valor refere-se às isenções concedidas, por conta da Lei Kandir, para estimular as exportações. Senado também manteve o texto aprovado pela CAE que permite o uso do FGTS para efetuar lance em consórcio imobiliário

O Plenário aprovou ontem projeto de lei (PLC 133/08) que regulamenta a reposição das perdas sofridas em 2008 por estados, Distrito Federal e municípios por conta das isenções concedidas aos exportadores. Conforme a proposta, o repasse, a ser feito pela União, será de R\$ 3,2 bilhões. Para virar lei, o projeto precisa apenas ser sancionado pelo presidente da República. As parcelas dos estados, as quais incluem as de seus municípios, e do DF já foram definidas pela proposta. A participação de São Paulo, por exemplo, será de 17,07% do total; de Minas Gerais, de 14,4%; do Pará, de 6,74%; e do Rio de Janeiro, de 6,76%. Do montante de recursos, 75% caberão aos estados e os 25% restantes aos municípios, que devem receber um total de R\$ 1,9 bilhão. **3**



Sérgio Guerra lê em Plenário seu parecer favorável ao projeto. Alguns senadores avaliam que apenas uma parte das perdas terá reposição

Gerardo Magela

Relatório do corregedor do Senado isenta Efraim e Agaciel

Romeu Tuma observa que procuradora da República afirmou não haver nenhum senador sob investigação. **2**

Márcio Kolme



Em reunião presidida por Lúcia Vânia (E), Comissão de Assuntos Sociais acolheu ainda a indicação de Dirceu Brás Aparecido Barbano para diretor da Anvisa

Assistência para construção de casa popular

Projeto aprovado em comissão garante benefício a famílias com renda de até três salários mínimos. **6**

Corregedor do Senado apresenta conclusão com resultado de apurações sobre supostas irregularidades em licitações para contratar mão-de-obra

Relatório de Tuma isenta Efraim e Agaciel

FOI LIDO ONTEM em Plenário o relatório do corregedor do Senado, Romeu Tuma (PTB-SP), com o resultado das apurações sobre a possibilidade de envolvimento do 1º secretário da Casa, Efraim Moraes (DEM-PB), e do diretor-geral da Casa, Agaciel Maia, em supostas irregularidades em licitações realizadas pelo Senado para a contratação de mão-de-obra terceirizada. No texto, lido por César Borges (PR-BA), Tuma diz não ter encontrado fatos

para continuar com as investigações, já que os nomes tanto do senador como do diretor do Senado foram “ambos explícita e inteiramente afastados das investigações procedidas pela Polícia e também não foram postos no pólo passivo quer da ação penal quer da ação civil de improbidade administrativa, ambas promovidas pelo Ministério Público Federal”.

Em seu texto, Tuma destaca que a procuradora da Repúbli-

ca Luciana Marcelino Martins também afirmou a ele não haver qualquer senador sob investigação. O corregedor entende que, se as autoridades competentes para denunciar o senador não o fizeram por não ter encontrado indícios para fazê-lo, “qualquer ação por parte da Corregedoria Parlamentar, em tal situação, implicaria flagrante menosprezo à competência constitucionalmente reconhecida ao Ministério Público Federal – isso sem

levar em conta também a Polícia Federal – e também em inútil conduta persecutória contra o senador Efraim Moraes”.

Garibaldi

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, recebeu o relatório e prometeu falar sobre o assunto após uma leitura atenta do texto. Adiantou ter ouvido de Tuma que ele não encontrou fatos que incriminem Efraim.

– Tenho certeza que não há



Márcia Kallume

Tuma diz que não encontrou fatos para continuar investigações

nada de novo contra o senador Efraim pela maneira como o senador Tuma me falou.

A íntegra do relatório

Senhor presidente do Senado Federal,

Diante das matérias jornalísticas sobre a possibilidade de envolvimento do excelentíssimo senhor 1º secretário, senador Efraim Moraes, e do servidor Agaciel da Silva Maia, diretor-geral do Senado Federal, com supostos ilícitos praticados por pessoas vinculadas a empresas prestadoras de serviços ao Senado Federal, bem como contratadas por diversos órgãos da administração pública federal, conforme orientação de vossa excelência, procedi às necessárias verificações e diligências sobre a matéria, constatando os pontos abaixo explanados.

Em princípio, os nomes do excelentíssimo senhor 1º secretário, senador Efraim Moraes, e do diretor-geral, Agaciel da Silva Maia, restaram ausentes do rol de indiciados na ação penal decorrente da chamada Operação Mão-de-Obra, levada a efeito pela Polícia Federal, proposta em março de 2007 perante a 128ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, bem como da ação civil pública – improbidade administrativa – proposta em março de 2008 perante a 18ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, pela Procuradoria da República no Distrito Federal.

Ainda assim, buscando dirimir quaisquer dúvidas, esta Corregedoria manteve contato com a Procuradoria da República no Distrito Federal e o Departamento de Polícia Federal em busca de mais informações que pudessem vincular a atuação do excelentíssimo senhor 1º secretário e do senhor diretor-geral do Senado Federal às eventuais ilicitudes fartamente noticiadas pela imprensa local, sendo que as respostas obtidas foram negativas: contra as autoridades mencionadas não foram encontradas provas que autorizassem o regular encaminhamento à Procuradoria Geral da República para indiciamento e oferecimento de denúncia.

Vale registrar que as notícias vazadas pela imprensa não refletem, de nenhum modo, a realidade dos processos investigativos junto à Polícia Federal bem como as ações judiciais decorrentes da chamada Operação Mão-de-Obra.

A atuação da Corregedoria Parlamentar assemelha-se, e admite, por essa razão, aproximação analógica, com a ação da autoridade policial ao presidir um inquérito policial. Isso porque é a Corregedoria o órgão que, pesquisando provas, documentos, declarações, aparelha eventual e futuro processo por irregularidade contra senador.

Ora, mesmo em sede de inquérito policial – aqui trazido por exata analogia –, exige-se para sua regular abertura, conforme dispõe textualmente a alínea b do § 1º do art. 5º do Código de Processo Penal, que se afirmem as razões de convicção ou de presunção de ser o indiciado o autor da infração.

No caso em tela, esse aspecto é completamente faltante, na medida em que o senador Efraim Moraes e também o servidor Agaciel da Silva Maia foram ambos explícita e inteiramente

afastados das investigações procedidas pela Polícia e também não foram postos no pólo passivo quer da ação penal quer da ação civil de improbidade administrativa, ambas promovidas pelo Ministério Público Federal.

Nessa vertente, qualquer ação por parte da Corregedoria Parlamentar, em tal situação, implicaria flagrante menosprezo à competência constitucionalmente reconhecida ao Ministério Público Federal – isso sem levar em conta também a Polícia Federal – e também inútil conduta persecutória contra o senador Efraim Moraes, valendo ressaltar que a ordem constitucional, que define o Brasil como sendo um estado democrático de direito, indica, como um dos seus valores fundamentais a dignidade da pessoa humana.

Em reforço a tudo quanto até aqui se relatou, a recente nota pública exarada pelo Ministério Público Federal, relativa à intitulada Operação Mão-de-Obra, na qual a digna procuradora dra. Luciana Marcelino Martins afirma não haver qualquer senador sob investigação, leva esta Corregedoria a concluir que lhe falta competência para o prosseguimento de sua atuação institucional, concenmente à investigação do senador Efraim Moraes.

Com efeito, dispõe o inciso IV do art. 2º da Resolução nº 17/93, do Senado Federal, que compete ao corregedor fazer sindicância sobre denúncias de ilícitos no âmbito do Senado, envolvendo senadores.

Também sob essa ótica, o prosseguimento de sindicância por esta Corregedoria Parlamentar, diante das claras afirmações do *Parquet* Federal, significaria desrespeito à regra de competência fixada pela legislação de regência.

Tal situação implicaria ofensa ao princípio constitucional da legalidade, previsto no art. 37, *caput*, da Lei Maior, e também à garantia do devido processo legal, basilar em um estado democrático de direito, não por outra razão mencionada entre as garantias constitucionais, conforme incisos LIV e LV do art. 50 da Constituição federal.

A atuação da Corregedoria Parlamentar, quando lhe falta o substrato fático e jurídico a fundamentar o seu desenvolvimento, como no caso em exame, constituir-se-ia em *abuso ou desvio de poder (détournement de pouvoir)*, que é inteiramente inadmitido no ordenamento jurídico pátrio.

Esta Corregedoria Parlamentar somente poderia ter legitimada a sua atuação, no presente episódio, na hipótese do surgimento de fatos e provas novas e pertinentes que pudessem trazer novo desenho ao quadro que ora se explana.

Considerando cumprida a missão que me foi confiada, e na forte convicção de que foram sopesados, devidamente, todos os aspectos fáticos e jurídicos da questão, preservando-se a ordem constitucional e legal, submeto o apurado a alta apreciação de vossa excelência para demais considerações.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Garibaldi abre exposição *Artistas Brasileiros 2008*

O presidente do Senado Federal, Garibaldi Alves, participa, às 11h, da abertura da exposição de pintura *Artistas Brasileiros 2008 – Novos Talentos*. As obras poderão ser vistas até 28 de setembro, diariamente das 9h30 às 17h, no Salão Negro do Congresso.

Plenário vota PEC sobre Defensoria Pública do DF

Às 14h a sessão é deliberativa. O primeiro item em pauta é a proposta de emenda constitucional (PEC) que transfere da União para o Distrito Federal as atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal.



José Cruz

CDH debate direitos humanos nas eleições

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) realiza, às 9h, audiência pública para debater a inclusão do tema “direitos humanos” nas plataformas dos candidatos às prefeituras e câmaras municipais. Estão convidados para essa reunião, entre outros, os presidentes da Confederação Nacional de Municípios, Paulo Ziulkoski; da União dos Vereadores do Brasil, Bento Batista da Silva; e da Frente Nacional de Prefeitos, João Paulo Lima e Silva.

Prevista para hoje publicação de editais do concurso do Senado

A publicação pela Imprensa Oficial dos editais do concurso para preenchimento de 150 vagas do quadro de pessoal do Senado está prevista para hoje. As vagas para nível superior são nas áreas de processo legislativo, apoio técnico-administrativo, comunicação social, informática, consultoria legislativa e advocacia. No nível médio, serão para apoio técnico-administrativo, polícia legislativa e comunicação social.

A página do Senado na internet exibirá um *link* para acesso à íntegra dos cinco editais, que também estarão disponíveis no

site da Fundação Getúlio Vargas (FGV), responsável pela realização do concurso. A informação é do presidente da comissão de elaboração do concurso, José Alexandre Lima Gazineo, que falou ontem à Rádio Senado.

As inscrições para o concurso poderão ser feitas a partir do dia 20 deste mês e encerram-se em 10 de outubro. As provas serão realizadas em sete capitais – Brasília, Belo Horizonte, São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belém e Recife. Alguns cargos exigirão a realização de duas provas – objetiva e discursiva – em datas distintas.

Mercadante destaca crescimento econômico



Foto de Moreira Mariz

Aloizio Mercadante (PT-SP) citou diversos índices que demonstram o crescimento da economia brasileira, com a manutenção da estabilidade monetária, para concluir que, hoje, está consolidada a esperança do povo brasileiro manifestada na eleição do presidente Lula.

O senador destacou o crescimento do produto interno bruto (PIB) de 6,1% nos últimos 12 meses, reforçado, sobretudo, pelo crescimento da construção civil (9,9%) e das atividades agropecuárias (7,1%). Enfatizou que os investimentos das empresas, retratados no Índice de Formação Bruta de Capital Fixo, cresceram 16,2% – mais que o dobro do crescimento do PIB.

Mercadante disse que o governo Lula reduziu em 40% a pobreza no país, duas vezes mais do que a meta prevista para 2025.

Mercadante afirma que o governo Lula reduziu a pobreza em 40%

Alvaro: corrupção e impostos atrapalham

O crescimento econômico brasileiro ainda está longe do ideal, segundo afirmou ontem Alvaro Dias (PSDB-PR). Nos últimos anos, disse o senador, o Brasil cresceu menos que os chamados países emergentes e também menos que a maioria dos países da América Latina. Na opinião de Alvaro Dias, o crescimento pode ser maior caso a corrupção e a carga tributária diminuam.

Em 2005, observou o senador, a economia do Brasil cresceu 2,3%, enquanto a argentina registrou 9,1%; a venezuelana, 9%; e a mexicana, 3%. Nos três primeiros meses de 2007, acrescentou, o Brasil cresceu 4,3% em comparação ao mesmo período de 2006, enquanto a China conseguiu 11,1%, a Índia, 9,1%, e a Rússia, 7,7%.

– Portanto, não há como desmentir o fato: o Brasil vem crescendo aquém das suas possibilidades.



Foto de Geraldo Magela

Segundo Alvaro, Brasil vem crescendo aquém de suas possibilidades

Senadores recusaram emendas da Câmara a proposta sobre consórcios, mas acolheram compensação a estados exportadores e indicação para a Anac

Aprovado projeto que regulamenta os consórcios

As emendas apresentadas pela Câmara dos Deputados ao projeto de lei que regula os consórcios foram rejeitadas pelo Plenário. Assim, foi mantida a proposta original, aprovada terminativamente pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) em 2006.

O projeto, do ex-senador Aelton Freitas, será encaminhado à sanção. Uma das principais inovações do PLS 533/03 é permitir que o consorciado utilize o saldo do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS) inclusive para liquidar saldo devedor ou para efetuar lance em consórcio imobiliário.

Emendas

Designado relator *ad hoc*, Alvaro Dias (PSDB-PR) explicou que as emendas, que procuravam reduzir os custos burocráticos na transferência de bens adquiridos via consórcio, eram desnecessárias, tendo em vista que o Código Civil já dispõe de forma semelhante às correções propostas. Romero Jucá (PMDB-RR) e José Agripino (DEM-RN) também disseram ser contrários às emendas.

Pela proposta, quem atuar como administrador de consórcio sem a prévia autorização do Banco Central poderá ser punido com prisão de quatro a oito anos e com multa equivalente a 100% das parcelas já recebidas e a receber no referido consórcio. O interesse do grupo de consórcio prevalece sobre o interesse individual do consorciado. O grupo de consórcio é autônomo em relação aos demais e possui patrimônio próprio, que não se confunde com o de outro grupo, nem com o da própria administradora.



Foto de Geraldo Magela

Plenário aprova proposta do Executivo, mas senadores como Wellington Salgado (E) reclamam que recursos são insuficientes para seus estados

Acatadas regras para reposição das perdas com a Lei Kandir

O SENADO APROVOU ontem projeto que regulamenta a reposição de perdas decorrentes de isenções aos exportadores oferecidas por estados, Distrito Federal e municípios, por conta da Lei Kandir. A entrega desses recursos pela União representa um montante de R\$ 3,2 bilhões, segundo informações do Executivo, autor da proposta.

Pelo projeto (PLC 133/08), a União repassará esse dinheiro aos estados, DF e municípios com objetivo de fomentar as exportações do país. Esses recursos deverão ser entregues até o décimo dia útil de cada mês.

As parcelas pertencentes a cada estado, incluídas as de seus municípios, e ao DF, serão proporcionais aos coeficientes individuais de participação estabelecidos em dois anexos da proposta. Por

exemplo, o coeficiente médio das duas tabelas para São Paulo é de 17,07%, enquanto o de Minas Gerais é 14,4% e do Pará, 6,74%. O Rio de Janeiro tem um percentual de 6,76%.

Do montante de recursos que cabe a cada estado, a União entregará diretamente ao próprio estado 75% e aos municípios, 25%.

O rateio entre os municípios das parcelas que somam R\$ 1,9 bilhão obedecerá aos coeficientes individuais de participação na distribuição da parcela do Imposto sobre Mercadorias e Serviços (ICMS) de seus respectivos estados, aplicados ao exercício de 2008.

O Ministério da Fazenda deverá

definir, em até 30 dias contados a partir da publicação desse projeto como lei, as regras da prestação de informação pelos estados e pelo Distrito Federal sobre a efetiva manutenção e aproveitamento de créditos pelos exportadores.

O parecer do relator em Plenário, Sérgio Guerra (PSDB-PE), foi favorável ao projeto, enquanto os senadores Wellington Salgado (PMDB-MG), Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Valter Pereira (PMDB-MS) e Eduardo Azeredo (PSDB-MG) reclamaram que os recursos repõem apenas uma parte das perdas sofridas por seus estados. Wellington Salgado registrou seu voto contrário à matéria.

Entrega de recursos pela União aos entes federativos representa total de R\$ 3,2 bilhões

Cláudio Passos será novo diretor da Anac

O Plenário do Senado aprovou ontem, com 36 votos favoráveis, 8 contrários e uma abstenção, o nome do engenheiro da reserva da Aeronáutica Cláudio Passos Simão para o cargo de diretor da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). Indicado pelo governo, ele já havia sido aprovado pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI).

Em sua exposição na CI, Cláudio Passos Simão disse que as exigências para vôos no Brasil são até maiores que em muitos países desenvolvidos. Questionado pelo relator de sua indicação, senador Renato Casagrande (PSB-ES), o engenheiro garantiu que “a Anac de hoje é outra”, referindo-se à época do apagão aéreo de 2007. Entre as providências adotadas pela agência, ele mencionou a realização de concurso e a contratação de pessoal para fiscalização.

Cláudio Passos Simão já ocupou postos no Centro Técnico Aeroespacial (CTA), e, desde abril de 2006, é gerente-geral de Certificação de Produtos Aeronáuticos da própria Anac.

JOSÉ NERY FALA SOBRE O MOVIMENTO GRITO DOS EXCLUÍDOS

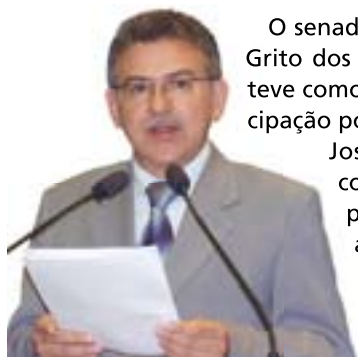


Foto de J. Freitas

O senador José Nery (PSOL-PA) relatou sua participação no Grito dos Excluídos, em Belém. A 14ª edição do movimento teve como tema “A vida em primeiro lugar – Direitos e participação popular”.

José Nery disse que os manifestantes protestaram contra a política econômica; a instalação de grandes projetos sem que a população seja ouvida; e a política agrícola favorável à grande plantação, em detrimento da população. O senador comunicou também sua presença no lançamento hoje do 2º Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo.

MÃO SANTA LEMBRA HISTÓRICO DE LUTAS PELA DEMOCRACIA NO BRASIL

Em pronunciamento ontem, Mão Santa (PMDB-PI) lembrou que faltam apenas 25 dias para a realização das eleições municipais, marcadas para o dia 5 de outubro. O senador rememorou o histórico de lutas populares pela democracia no mundo e em especial no Brasil – lutas que resultaram, na maior parte desses países, na realização de eleições periódicas para cargos não vitalícios.

– Com alternância no poder, é o povo quem decide. Essa alternância no poder, então, temos de comemorar – disse.



Foto de Geraldo Magela

Garibaldi defende apresentação de propostas para regular quebra de sigilo telefônico



Garibaldi comenta demissão de presidente: "Lei é para ser cumprida"

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, declarou ontem que não considera um excesso o fato de a Câmara, o Senado e o Poder Executivo quererem apresentar projetos disciplinando a quebra, por ordem judicial, do sigilo das comunicações telefônicas. Em sua opinião, quanto mais iniciativas forem elaboradas para punir a interceptação ilegal de telefones,

melhor, até para o Legislativo, ao final, ver qual a solução mais adequada.

– Acho que nós temos de pensar que, quanto mais, melhor. E quanto menos, pior. Vamos pensar positivamente. Claro que cada um quer dar a sua contribuição. Nós vamos dar a nossa. O presidente da CCJ [Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania], senador Mar-

celo Maciel, está fazendo um esforço agora para votar um projeto. Vai ser votado, vai para a Câmara, e aí vamos ver o que será melhor no sentido de reprimir essas escutas telefônicas ilegais e que estão abalando as estruturas institucionais do país – disse Garibaldi.

Nepotismo

Na mesma entrevista, o presi-

dente do Senado foi indagado sobre a hipótese de haver alguma resistência ao cumprimento da súmula do Supremo Tribunal Federal que proíbe o nepotismo. Garibaldi informou que a Comissão Diretora da Casa não emitirá nenhum ato oficial exigindo o cumprimento dessa decisão.

– Houve uma decisão da Mesa, que não precisa ser expressa por

uma carta, porque a decisão teve toda a divulgação, inclusive graças ao trabalho da imprensa. E eu acho que ninguém vai querer correr o risco de descumprir a súmula. Pode ser até que alguns estejam querendo apelar para ganhar tempo. Mas isso não pode acontecer. Todos sabem que lei é para ser cumprida, principalmente uma lei desse caráter, dessa responsabili-

dade – afirmou.

– Mas, presidente, a gente não consegue informação sobre quantas pessoas foram demitidas – questionou um jornalista.

– Pelo que está sendo levantado, até pelos jornais, consegue. Alguns têm alguma dúvida e eu acho até legítimo que alguém possa ter alguma dúvida. Mas é só fazer a consulta à súmula – respondeu o

senador.

Ao lembrar que, logo após o Supremo publicar a súmula proibindo o nepotismo, ele próprio tomou a decisão de demitir o sobrinho que ocupava um cargo em seu gabinete, Garibaldi Alves foi questionado por que outros não fizeram o mesmo. Na opinião do senador, isso deve decorrer de dúvida na interpretação da súmula.

O presidente do Senado observou ainda que dificilmente o Plenário terá condições de votar, até as eleições de outubro, matérias que exigem quórum qualificado. Para a votação daquelas mais relevantes, que requerem três quintos dos votos, ou 41 senadores em Plenário, ele disse que é melhor esperar. E anunciou que consultaria os líderes a respeito do assunto.

Punição é prevista para servidor público. Texto delega às operadoras de serviços de telecomunicações a tarefa de implementar a quebra de sigilo telefônico. Para Jarbas Vasconcelos, caberá às empresas apenas pôr à disposição recursos e meios tecnológicos para que a autoridade possa, ela própria, executar a medida



Tasso Jereissati (E), relator do projeto durante a votação suplementar, é ouvido pelos senadores Valter Pereira, Marco Maciel (presidente da Comissão de Constituição e Justiça), Jarbas Vasconcelos e Epitácio Cafeteira

Senado aprova pena de sete anos e meio para autor de grampo ilegal

APÓS MAIS DE duas horas de discussão, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) decidiu, por unanimidade, agravar a punição aos servidores públicos, inclusive autoridades, que violarem o sigilo da comunicação telefônica, informática e telemática sem autorização judicial. Em vez do prazo máximo de seis anos de reclusão, acordado na primeira votação do substitutivo do senador Demostenes Torres (DEM-GO), o relator do turno suplementar, senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), concordou em alterar o relatório para aumentar a pena para até sete anos e meio de cadeia.

Assim, o grampo telefônico sem autorização judicial e a violação de segredo de justiça decorrente

da interceptação autorizada serão punidos com pena de dois a cinco anos de reclusão e multa. A pena será aumentada de um terço até a metade se o crime for praticado por funcionário público no exercício da função.

Também passa a ser punível com pena de erro a autoridade judicial no procedimento de interceptação de comunicações telefônica, informática ou telemática.

Aprovada em decisão terminativa, a matéria foi ontem mesmo enviada à Câmara. Acordo garantiu que não seria apresentado recurso para que o projeto fosse votado em Plenário.

O substitutivo foi elaborado com base em projetos de lei do senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) – PLS 525/07 – e do Executivo – PL 3.272/08. A matéria modifica a Lei 9.296/96, que regulamenta dispositivo da Constituição sobre a inviolabilidade das comunicações telefônicas.

Em entrevista recente à Agência Senado, Demostenes Torres lembrou que a legislação proposta trata apenas de grampos legais, mas que, para regulamentar adequadamente a questão das interceptações telefônicas irregulares, pretende apresentar projeto com o objetivo de estabelecer um controle efetivo

das atividades da Agência Brasileira de Inteligência (Abin).

Ontem o debate ficou acirrado devido a duas emendas do senador Marconi Perillo (PSDB-GO) – uma em conjunto com Francisco Dornelles (PP-RJ). A primeira aumentava para quatro a oito anos de reclusão a pena prevista anteriormente no substitutivo – dois a quatro anos – para os responsáveis por violação telefônica. A segunda emenda fixava em 15 dias, prorrogáveis por igual período, até o máximo de 45 dias ininterruptos, o prazo de duração da quebra de sigilo das comunicações. O substitutivo prevê prazo de duração de 60 dias, permitida a prorrogação até o máximo de 360 dias.

Para Marconi Perillo, permitir a interceptação por até 360 dias é tempo demais.

– Queremos evitar proteção à bisbilhotice, mesmo com autorização judicial – justificou.

Foi proposto um período intermediário, mas Aloizio Mercadante (PT-SP) e Jarbas Vasconcelos argumentaram que a elaboração do substitutivo contou com a participação do Ministério Público, do Executivo, de magistrados e especialistas na área.

– Nós queremos fazer um projeto em defesa da sociedade, e não propor a escuta de autoridades – justificou Jarbas Vasconcelos.

Particular não poderá fazer interceptação telefônica

A oferta de serviço privado de interceptação telefônica passará a ser crime, punível com reclusão de um a três anos, além de multa. Também será crime a utilização de escutas ilegais com o fim de obter vantagem indevida, constranger ou ameaçar alguém, punível com dois a quatro anos de cadeia.

Essas foram algumas das alterações aprovadas pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, na votação em turno suplementar do substitutivo do senador Demostenes Torres.

Para dificultar a oferta de serviço privado de escuta telefônica, o substitutivo proíbe a comercialização de equipamentos destinados à interceptação, escuta, gravação e decodificação de comunicações

telefônicas, sendo obrigatório o registro no órgão competente. A determinação vale também para programas de informática e aparelhos de varredura.

As emendas foram apresentadas por Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE). A outra emenda acolhida pelo relator do turno suplementar, Tasso Jereissati (PSDB-CE), deixa claro que a interceptação telefônica deve ser sempre executada por agente público, não permitindo, pois, que empregados de empresas prestadoras de serviços de comunicação possam realizá-la em nome do Estado.

A determinação complementa outra emenda, aprovada em primeiro turno, que delega às operadoras de serviços de telecomunicações a tarefa de implementar a quebra de sigilo telefônico, atividade que pode ser exercida atualmente também por órgãos públicos, desde que devidamente autorizados.

– Em verdade, cabe à prestadora dos serviços de telecomunicações apenas disponibilizar os recursos e meios tecnológicos para que a autoridade investigante possa, ela própria, executar a medida. Não podemos transferir, em nenhuma hipótese,

a execução dessa delicada tarefa investigativa a uma empresa privada – disse Jarbas Vasconcelos.

Mandado judicial

O texto estabelece que, para permitir a punição dos responsáveis pelo vazamento de informações sigilosas, o mandado judicial que determinar a quebra do sigilo deverá indicar o nome da autoridade investigante responsável pela execução ou acompanhamento da medida. Também a operadora telefônica executora do grampo terá de informar o nome do profissional responsável pela operação técnica. Da mesma forma, deverão ser informados os nomes do juiz e outras autoridades que tiverem acesso às informações contidas no

grampo telefônico.

A proposta permite um maior envolvimento do juiz, ao determinar que o prazo de duração da interceptação das ligações será de até 60 dias, prorrogáveis por igual período, desde que necessário, até o prazo de 360 dias ininterruptos. Mas, em caso de crime permanente, esse prazo poderá ser estendido indefinidamente.

A decisão que autorizar o grampo deverá ser formulada por escrito pelo juiz. O substitutivo também prevê a possibilidade de as conversas do advogado com o réu ou acusado serem utilizadas na instrução criminal quando o relacionamento com o cliente ultrapassar os limites do exercício da atividade profissional.

Comprador de equipamento de escuta pode ser controlado

OS FABRICANTES E comerciantes de equipamentos de escuta e monitoramento telefônico poderão ser obrigados a fornecer ao Departamento de Polícia Federal os dados cadastrais dos compradores finais de seus produtos, logo depois de concretizado o negócio. A medida consta de projeto do senador Romeu Tuma (PTB-SP) aprovado ontem pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

O projeto (PLS 741/07) ainda será apreciado em decisão terminativa pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde poderá receber emendas. Durante a discussão da matéria na CCT, Flexa Ribeiro (PSDB-PA) adiantou que pretende sugerir, na CCJ, uma modificação ao texto para tornar crime o porte e a venda ilegais de equipamentos de escuta e monitoramento telefônico.

– O porte e a venda ilegais desses equipamentos tiram a privacidade e a dignidade do cidadão brasileiro – advertiu Flexa Ribeiro.

O projeto original estabelecia a

obrigatoriedade de comunicação à Polícia Federal apenas por parte das empresas fabricantes de equipamentos de escuta e monitoramento. A inclusão dos comerciantes dos equipamentos foi sugerida pelo relator da proposta, senador Cícero Lucena (PSDB-PB), sendo aceita pelo autor. Lucena argumentou que muitos desses equipamentos são importados e apenas comercializados no país. O próprio Romeu Tuma observou que tais aparelhos podem ser encontrados com facilidade nas lojas da Rua Santa Ifigênia, popular centro de compras em São Paulo.

Em seu voto favorável ao projeto, Cícero Lucena destaca que o uso indevido de equipamentos de escuta e monitoramento telefônico implica “violação da intimidade e do sigilo das comunicações telefônicas”, garantidos pelo artigo 5º da Constituição federal. Por isso, o senador considera conveniente que a Polícia Federal tenha controle sobre a destinação dos equipamentos comercializados.



Cícero Lucena (E) é relator do projeto de Romeu Tuma (D) aprovado ontem pela CCT



Simon lamenta a possibilidade de a Operação Satiagraha ser anulada

Simon propõe grupo para discutir grampos e ética

Pedro Simon (PMDB-RS) informou ao Plenário ter proposto a criação de um grupo de parlamentares para discutir a questão de escutas telefônicas clandestinas dentro da perspectiva da impunidade. O senador apresentou a sugestão, ontem, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), recebendo o apoio do presidente do colegiado, Marco Maciel (DEM-PE).

Simon pediu que o presidente do Senado, Garibaldi Alves, seja o coordenador do grupo. Ele entende que o Congresso Nacional não pode passar à sociedade a impressão de que os parlamentares estão despreocupados com a ética.

O representante do Rio Grande do Sul lamentou a notícia de uma possível anulação da Operação Satiagraha, da Polícia Federal, que resultou na prisão do banqueiro Daniel Dantas, do investidor Naji Nahas e do ex-prefeito de São Paulo Celso Pitta. Pedro Simon observou que já se comenta a punição do promotor, do delegado que coordenou as investigações e do juiz responsável pelo caso, que autorizou a quebra de sigilo telefônico dos investigados.



Flexa Ribeiro: várias perguntas sobre escutas não foram ainda respondidas

Flexa Ribeiro cobra explicações de Lula

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) cobrou do presidente Luiz Inácio Lula da Silva o esclarecimento de questões que teriam ficado sem resposta em relação ao episódio da interceptação telefônica contra autoridades dos três Poderes. No entender do parlamentar, Lula não pode alegar que não sabe de nada.

– A Agência Brasileira de Inteligência [Abin] tem ou não tem equipamento para escuta? A Secretaria de Segurança Institucional controla ou não a Abin? E as informações levadas ao presidente, quem controla? – questionou.

O senador mostrou-se especialmente preocupado com a informação de que o resultado de escutas telefônicas serviram de base para relatórios encaminhados pela agência ao presidente da República.

Para Flexa Ribeiro, é inadmissível em um estado democrático de direito que órgãos estatais estejam “bisbilhotando clandestinamente” até presidentes de Poderes, como o do Senado, Garibaldi Alves, e o do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes.

Cristovam pede reunião sobre crise na Bolívia

Cristovam Buarque (PDT-DF) informou ontem que solicitou ao presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), senador Heráclito Fortes (DEM-PI), reunião de emergência para discutir a situação política da Bolívia.

Na opinião de Cristovam, o país vizinho vive hoje em “estado de guerra civil” que poderá colocar em risco a população local e os estrangeiros que ali residem, além de prejudicar o fornecimento de gás natural ao Brasil.

A reunião, disse o senador, servirá ainda para ouvir as autoridades do Executivo e discutir as providências a serem adotadas pelo Brasil diante dos futuros desdobramentos da crise boliviana.

Em apertes, Eduardo Suplicy (PT-SP) e Sérgio Zambiasi (PTB-RS) manifestaram apoio à iniciativa de Cristovam Buarque.



País vizinho vive em “estado de guerra civil”, segundo Cristovam

Mesquita Júnior: Caribe quer parceria com Brasil

Os países do Caribe esperam que o Brasil proponha programas de parceria para ajudá-los a se desenvolver, afirmou Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC). Ele integrou o grupo de senadores da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional que visitou cinco países da região – Guiana, Haiti, Panamá, Jamaica e República Dominicana. O senador lamentou a situação dos haitianos, afetados em duas semanas por quatro furacões.

Mesquita Júnior também se solidarizou com a população do município de Rodrigues Alves, em seu estado, “alvo de grosseria de um dirigente partidário” da região. Conforme o senador, o dirigente disse que os eleitores da cidade “eram como galinhas, e que bastava jogar milho que eles viriam correndo, jactando-se dos votos” que tem no município.



Mesquita Júnior participou do grupo que visitou cinco países da região

Projeto aprovado pela CAS prevê que as famílias de baixa renda possam dispor de arquitetos e engenheiros pagos pelo Estado para orientar a construção da moradia

Construção da casa própria pode ter assistência gratuita

A COMISSÃO DE Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem parecer favorável a projeto de lei que assegura às famílias com renda mensal inferior a três salários mínimos, residentes em áreas urbanas ou rurais,



CAS aprovou ainda vários requerimentos para realização de audiências

o direito a assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção da casa própria.

Pelo PLC 13/08, o direito à assistência técnica abrangia o projeto, acompanhamento e execução da obra, a cargo de profissionais de Arquitetura, Urbanismo e Engenharia, necessários para edificação, reforma, ampliação ou regularização fundiária da habitação.

A assistência técnica seria custeada por recursos oriundos de fundos federais direcionados à habitação de interesse social, por recursos públicos orçamentários ou por recursos privados.

O projeto estabelece também que a assistência técnica deve priorizar as moradias construídas por meio de mutirões e aquelas em zonas habitacionais declaradas por lei como de interesse social.

Ainda de acordo com a proposta, a assistência técnica tem, entre outros objetivos, os de qualificar o uso e o aproveitamento racional do espaço edificado e de seu entorno; de evitar a ocupação de áreas de risco e de interesse ambiental; e de possibilitar a ocupação do sítio urbano conforme a legislação urbanística e ambiental.

Em seu voto favorável ao projeto, o senador Paulo Paim (PT-RS) lembra haver, no Brasil, além de déficit de sete milhões de moradias, incontáveis núcleos urbanos mal planejados. Segundo ele, serão relevantes os ganhos sociais resultantes da assistência técnica proposta.

– Não apenas as famílias e comunidades carentes poderão ver melhoradas suas condições de habitabilidade, como também os núcleos urbanos se beneficiarão generalizadamente

de ocupações mais planejadas e qualificadas – afirmou Paulo Paim.

O projeto será agora examinado pelo Plenário.

Motorista

A CAS também aprovou requerimento do senador

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) para que seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) com o objetivo de instruir o Projeto de Lei do Senado 271/08, de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS), que institui o Estatuto do Motorista Profissional.

Valadares sugere que sejam convidados, para o debate, representantes do Ministério do Trabalho e do Emprego, da Polícia Rodoviária Federal, da Agência Nacional de Transporte Terrestre, do Ministério Público do Trabalho, do Movimento União Brasil Caminhoneiro, da Confederação dos Trabalhadores em Transporte, da Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos e da Confederação Nacional do Transporte.

Dirceu Barbano é aprovado para direção da Anvisa

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou, por unanimidade, a indicação do nome do farmacêutico industrial Dirceu Brás Aparecido Barbano, para o cargo de diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), autarquia vinculada ao Ministério da Saúde. A indicação do presidente da República vai agora ser votada pelo Plenário do Senado.

O relator, Paulo Paim (PT-RS), afirmou que Barbano tem vasta experiência nas áreas de gestão e de serviços de saúde. O indicado já foi secretário de Saúde nos municípios paulistas de Ibaté e São Carlos, professor na PUC-Campinas, e participou do Conselho Federal de Farmácia.

Cobrança

Durante a sessão da CAS, Flá-

vio Arns (PT-PR) disse que muitos doentes não estão tendo acesso a remédios de última geração, como o que combate a fibrose cística, “apesar de a Anvisa já ter autorizado a inclusão deles na lista dos medicamentos excepcionais, que não é atualizada há mais de seis anos”. O senador estranhou que Barbano, como diretor da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde – cargo que ainda exerce – não tenha atualizado essa lista.

Em resposta, Barbano informou que caso todos os requisitos sejam cumpridos para o lançamento de um novo medicamento, a Anvisa registra o produto. Mas deixou claro que há ainda a decisão sobre se o Sistema Único de Saúde (SUS) deve ou não financiar o produto

para que seja colocado à venda no mercado. Nessa etapa, esclareceu Barbano, é analisado se é plena a efetividade do medicamento, e se o preço do remédio é competitivo com outros do mesmo gênero.

Romeu Tuma (PTB-SP) manifestou preocupação com relação à venda de medicamentos pela internet ou aqueles vindos do exterior que não passam pelo crivo da agência, enquanto Rosalba Ciarlini (DEM-RN) destacou o papel da Anvisa em defesa da saúde da população, incluindo desde a fiscalização de alimentos e remédios até o controle na área dos cosméticos e da propaganda enganosa.

Wellington Salgado (PMDB-MG), Aloizio Mercadante (PT-SP) e Papaléo Paes (PSDB-AP) também elogiaram o indicado.

Osmar pede prazo maior para registro de área de reserva

Mudanças no decreto que detalha os documentos e levantamentos técnicos a serem apresentados pelos agricultores aos cartórios para averbar Áreas de Reserva Legal e Áreas de Proteção Permanente foram solicitadas ao governo por Osmar Dias (PDT-PR).

O senador explicou que o Decreto 6.514/08 dá prazo até o final deste ano para o cumprimento das obrigações, “mas é tanto documento que serão necessários pelo menos mais dois anos”. Ele afirmou que os agricultores não estão questionando a averbação das áreas de proteção, mas

Osmar Dias: seriam necessários pelo menos mais dois anos



Foto de Geraldo Magela

apenas o exíguo tempo e as elevadas multas para quem não cumprir o decreto.

Osmar Dias solicitou ainda que o governo aceite uma proposta dos agricultores para incluir na reserva legal (20% da fazenda) as Áreas de Proteção Permanente (APP).

César Borges cobra investimento para melhorar porto de Salvador

O senador César Borges (PR-BA) cobrou a modernização do porto de Salvador, que, em sua avaliação, não condiz com a importância econômica do estado da Bahia, que tem a sexta maior economia do país, enquanto o porto ocupa a 29ª posição em movimentação de cargas.

César Borges explicou que o porto precisa de investimentos para sanar problemas de infra-estrutura e também da intervenção da Companhia de Docas do Estado da Bahia (Cobeha) para resolver problemas institucionais de operação.

Segundo César Borges, terminal precisa de modernização



Foto de Geraldo Magela

– Esperamos que as lideranças políticas baianas possam se unir para que o porto sirva de motor de desenvolvimento e não estrangulador do crescimento econômico da Bahia – disse o parlamentar.

Rosalba Ciarlini quer menos tarifas para indústria do sal

Rosalba Ciarlini (DEM-RN) pediu ontem proteção para a indústria de sal do Rio Grande do Norte, que estaria enfrentando concorrência desleal dos produtores chilenos. O produto importado estaria entrando no Brasil isento de tarifas em razão de um acordo firmado no âmbito do Mercosul.

Devido à estrutura tributária brasileira, inclusive no que se refere ao frete, o sal marinho produzido pela indústria potiguar e até o sal-gema produzido na Bahia estão menos competitivos. Um dos efeitos da queda nas vendas é a demissão de trabalhadores, explica a senadora.

Rosalba Ciarlini: salineiros sofrem com importações



Foto de Geraldo Magela

– Estamos atentos a esse problema e reivindicamos medidas que possam garantir os empregos nesse setor da economia do Rio Grande do Norte – cobrou a senadora, que recebeu apoio de José Agripino (DEM-RN), Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) e Paulo Duque (PMDB-RJ).

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Alvaro Dias

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: Gerson Camata

3º Secretário: César Borges

4º Secretário: Magno Malta

Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Garibaldi Alves • Alvaro Dias • Eptácio Cafeteira • Eduardo Azeredo • Mão Santa

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretora de Jornalismo:

Maria da Conceição Lima Alves

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira

Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e

Rita Nardelli

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Thâmara Brasil

Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquêas D. de Moraes

Tratamento de imagem: Braz Félix, Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino

Arte: Cirilo Quartim e Oscar

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Valadares quer discutir modelo de exploração do petróleo



Senador sugere ao governo definição de objetivos

O senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) disse ser hora de o Brasil iniciar o debate sobre como explorar o petróleo encontrado sob a camada de pré-sal. Para ele, o Estado brasileiro tem, primeiramente, de definir qual o seu objetivo político-social.

O parlamentar explicou que o país extrai o petróleo por meio de concessão, "herança da era FHC e da lei do petróleo de 1997". Nesse modelo, a empresa paga ao

governo o combinado em contrato – no Brasil, cerca de 40% da produção nos campos mais rentáveis, quando outros países com grandes reservas chegam a receber 85%. A concessionária decide todo o resto, como o ritmo de produção e a forma de comercialização.

Outro tipo de concessão usado é o da partilha, no qual a empresa divide o petróleo explorado com o governo, que, no entanto, pode determinar o ritmo da exploração e "fazer um ajuste fino de sua política para o setor".

– O Estado pode recorrer a um modelo ou a outro, ou a uma combinação deles, mas precisa ter claro seu objetivo político-social ao usar os recursos – afirmou Antônio Carlos Valadares.

Marconi Perillo pede debate sobre viabilidade do pré-sal

Para Marconi Perillo (PSDB-GO), o Senado precisa debater a fundo a exploração das jazidas de petróleo do pré-sal. Ele propôs audiência pública conjunta entre as comissões de Serviços de Infra-Estrutura (CI) e a de Assuntos Econômicos (CAE) para discutir o tema.

No entendimento do senador, o assunto é muito importante para ser usado pelo governo como uma "jogada de propaganda".

– A propaganda está por toda parte, no rádio, na TV e nos jornais, para vender a idéia da exploração do petróleo na camada pré-sal como se fosse uma panacéia, um remédio para todos os males e para todos os problemas do Brasil, inclusive a pobreza e a

violência – disse.

Ele observou que tais reservas só poderão ser exploradas daqui a alguns anos, e depois de bilhões de dólares de investimentos.

– Até que das profundezas de 7 mil metros, um verdadeiro Everest de ponta-cabeça, possa jorrar petróleo na superfície, de modo a se explorar todo o potencial das reservas, deve levar pelo menos uma década e dezenas de bilhões de dólares de investimentos – ressaltou.

Para a audiência pública, Marconi Perillo sugeriu a convocação do ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, e do presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli, entre outros especialistas.

Arthur Virgílio lamenta elogio de Lula a prefeito de Coari



Virgílio critica teor do discurso feito na cidade amazonense

Dizendo-se "perplexo", Arthur Virgílio (PSDB-AM) lamentou o elogio feito pelo presidente Lula ao prefeito da cidade amazonense de Coari, "homem acusado pela Polícia Federal de envolvimento com uma quadrilha" que, segundo o parlamentar, até mesmo traficava menores para prostituição.

O senador acrescentou que o presidente da República talvez "tenha sido orientado" pelo governador do estado, Eduardo Braga, a quem se referiu como "o mais corrupto que o Brasil já pode ter

conhecido".

Virgílio apresentou requerimento solicitando ao ministro das Comunicações, Hélio Costa, informações sobre quais órgãos, empresas ou pessoas compraram, desde 2002, transmissores de radiofrequência. Explicou que o pedido se destina a ajudar as investigações da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência do Congresso.

O senador manifestou pesar pela morte da bióloga e estudante da Universidade Federal do Amazonas, Fernanda Okamura, surpreendida pelo furacão Hanna quando passeava no sudeste de Porto Rico, e pediu voto de aplauso ao amazonense Jorge Klein, que mantém, em barcos da Amazônia, o Projeto Navegando e Lendo, que oferece livros aos passageiros durante as viagens.

Benefício poderá ser garantido a estudantes universitários e de escola técnica em caso da morte dos pais. Proposta será ainda votada pela CAS antes de seguir para a Câmara

Comissão aprova pensão a filhos com até 24 anos

OS FILHOS COM até 24 anos que ainda sejam estudantes do ensino superior ou técnico poderão ter direito à pensão no caso de morte dos pais, conforme proposta aprovada ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A matéria segue para exame da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) para decisão terminativa.

De autoria do senador Expedito Júnior (PR-RO), o projeto (PLS 49/08) recebeu parecer favorável do relator, senador Virgínio de Carvalho (PSC-SE), com emenda. Na justificativa, Expedito Júnior lembra que os filhos, ao completarem 21 anos, perdem o direito à pensão dos

pais. Com o projeto, segundo o senador, os jovens estudantes entre 21 e 24 anos poderão manter o direito à pensão e, com isso, a oportunidade de conclusão dos estudos.

A proposta altera a lei que estabelece o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos da União (Lei 8.112/90) e a lei que define os Planos de Benefícios da Previdência Social (Lei 8.213/91).

Cadastro

Na mesma reunião, o presidente da CCJ, Marco Maciel (DEM-PE), concedeu vista coletiva do projeto (PLS 500/07) que institui o Cadastro Nacional de

Fornecedores Suspensos de Participar de Licitação e Contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União, Estados e Municípios (Canaf). O relator, Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), apresentou substitutivo. De autoria de Garibaldi Alves (PMDB-RN), a proposta cria um cadastro de pessoas físicas e jurídicas impedidas de participar de licitações públicas.

Também foi aprovado parecer de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) pela prejudicialidade do PLC 15/05, que alterava o Código de Processo Civil (Lei 5.869/73) ao estabelecer novas regras para recurso a agravo retido.



Senadores da CCJ obtiveram vista do projeto que cria cadastro de empresas impedidas de participar de licitações públicas

Facilidade para atleta transportar bagagem

O projeto de lei que permite aos passageiros de avião utilizar a franquia de bagagem para o despacho de "todo e qualquer objeto", com as exceções previstas em lei, foi aprovado ontem pela CCJ. Essa franquia estabelece qual o tipo de bagagem e quantos quilos cada passageiro pode despachar gratuitamente.

Segundo o relator da matéria na CCJ, Valdir Raupp (PMDB-RO), a proposta visa acabar com

as restrições que prejudicam atletas e profissionais que dependem de equipamentos para exercer suas atividades – há empresas que cobram pelo transporte desses itens por classificá-los como "bagagem especial". O projeto (PLC 127/07) ainda terá de ser analisado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e no Plenário.

Propaganda

A CCJ arquivou o projeto de

lei que classifica como crime de responsabilidade e como ato de improbidade administrativa a divulgação de propaganda irregular pelo poder público. Essa proposta (PLS 299/05) foi apresentada por José Maranhão (PMDB-PB). Ao pedir o arquivamento, o relator na CCJ, Eduardo Suplicy (PT-SP), argumentou que o Senado havia aprovado, em 2005, um projeto de Jefferson Péres com finalidade idêntica.

Projeto facilita operação de cartões por pequeno comércio

Os comerciantes poderão ser autorizados a utilizar apenas um equipamento eletrônico para efetuar vendas a crédito e débito, mesmo que as operações sejam feitas por meio de diferentes bandeiras de cartões. A possibilidade está prevista em projeto de lei de autoria do senador Adelmir Santana (DEM-DF) aprovado ontem pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

Atualmente, como explicou o autor durante a reunião, muitos pequenos comerciantes são obrigados a alugar diversos equipamentos – um de cada bandeira de cartão de crédito ou débito – para poder efetuar as suas vendas. O mesmo não ocorre com grandes lojas e supermercados, que muitas

vezes necessitam de apenas uma máquina para realizar as operações com todas as bandeiras de cartões.

– O objetivo da medida é reduzir os custos para os consumidores. As pequenas lojas não têm o mesmo poder de barganha que as grandes e se limitam a poucas bandeiras de cartões. Tecnologia nós já temos, mas atualmente ela só funciona para as grandes lojas – disse Adelmir Santana, lembrando que o aluguel mensal de um equipamento para efetuar vendas a crédito e débito varia de R\$ 70 a R\$ 150.

Segundo o texto aprovado (PLS 677/07), "será obrigatório, para as transações de crédito e débito, o compartilhamento das redes de coleta e processamento de informações, inclusive



Adelmir lamenta que, hoje, facilidades beneficiem apenas grandes redes

dos equipamentos terminais, dos operadores de cartão que disponibilizam essas funcionalidades". A proposta ainda será examinada, em decisão terminativa, pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O projeto foi elogiado por diversos senadores. Cícero Lucena (PSDB-PB) destacou a "sensibilidade" do autor e do relator Flexa Ribeiro (PSDB-PA) em relação à defesa do consumidor.



Marisa: agricultores de Mato Grosso do Sul têm titularidade de terras

Marisa Serrano questiona política indigenista de Lula

“Qual é realmente a política indigenista do governo Lula?” Marisa Serrano (PSDB-MS) desafiou o ministro da Justiça, Tarso Genro, a responder essa questão ao Congresso e ao país, “e não em entrevistas de imprensa”. Ela considerou inaceitável que a Fundação Nacional do Índio (Funai) esteja tentando demarcar terras “por simples portarias” que têm provocado intranquilidade em muitas regiões.

– Em Mato Grosso do Sul, há um clima de total intranquilidade, com a Funai ameaçando demarcar como de índios terras que produtores rurais receberam há décadas do próprio governo. Lá, os agricultores não são invasores. Eles receberam a titularidade das terras do governo, depois da Guerra do Paraguai, há mais de cem anos, quando era interesse da nação ocupar a região da fronteira. O governo tem de honrar esses títulos. Temo que possa correr sangue na disputa entre índios e agricultores – alertou.

Para Marisa Serrano, caso o governo não diga ao país qual é a política indigenista que pretende seguir, o Congresso deve examinar se não chegou a hora de se modificar o artigo 231 da Constituição, que trata das terras que tradicionalmente são ocupadas por indígenas. Observou que não se trata de estabelecer se os índios ou os produtores rurais “são vilões ou vítimas”, mas de reconhecer quem tem direito sobre a terra.

Projeto de Patrícia Saboya aprovado pela Comissão de Direitos Humanos determina que o SUS passe a cuidar de forma mais completa de crianças e adolescentes

Saúde da criança deve ter atendimento integral

A COMISSÃO DE Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) aprovou ontem substitutivo do senador Papaléo Paes (PSDB-AP) a projeto da senadora Patrícia Saboya (PDT-CE) que visa garantir atendimento mais completo à saúde de crianças e adolescentes.

O texto obriga o SUS a atender integralmente a criança e o adolescente, levando em consideração o seu crescimento e desenvolvimento, mediante cuidados educacionais, preventivos, diagnósticos e terapêuticos.

Esses cuidados, de acordo com a proposta, precisam observar o estado nutricional e a história alimentar, a curva de crescimento, o programa de vacinas, o desenvolvimento neuropsicomotor, a acuidade visual, a função auditiva e a saúde bucal. Deverá considerar também as condições do meio ambiente, a quantidade e a qualidade do sono, o desempenho escolar e cuidados dispensados pela escola, o padrão de atividade física, os cuidados domiciliares e o desenvolvimento sexual.



Cristovam, Mesquita Júnior, José Nery e Patrícia Saboya: projeto da senadora segue agora para a CAS

A proposta (PLS 227/08) agora será examinada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em decisão terminativa.

Na mesma reunião, a CDH aprovou parecer do senador Cristovam Buarque (PDT-DF) pela aprovação de projeto que altera o Código Penal (PLC 9/07) para determinar a aplicação de pena em dobro para ações de quadrilha ou bando armado quando estiver envolvido menor de 18 anos. A matéria segue agora para o Plenário do Senado e, se acolhida, volta à Câmara dos Deputados para apreciação das emendas dos senadores.

Cristovam Buarque ressaltou que a medida é necessária para impedir que adultos utilizem crianças e adolescentes em

atos criminosos. O senador José Nery (PSOL-PA) destacou que a redução da maioridade penal é uma “tese equivocada”. Ele disse defender alternativas que dificultem e desestimulem o uso de crianças e adolescente na prática de crimes.

Audiência

A CDH poderá realizar audiência pública, por iniciativa do presidente da comissão, senador Paulo Paim (PT-RS), para discutir o caso do assassinato de duas crianças pelo pai e pela madrasta em Ribeirão Pires (SP). As crianças foram encaminhadas à residência do pai por uma integrante do Conselho Tutelar.

O senador Flávio Arns (PT-PR) ressaltou que o caso de Ribeirão Pires precisa ser esclarecido. Ele observou que os conselhos tutelares realizam um trabalho extraordinário em benefício das crianças e dos adolescentes, apesar da falta de recursos que enfrentam, e não podem ser considerados, de forma generalizada, como ineficientes.



Ideli: “Mulheres terão que negociar com empregadores, mas já é um avanço”

Ideli comemora sanção da licença de seis meses

Ideli Salvatti (PT-SC) comemorou a sanção, pelo presidente Lula, da Lei 11.770/08, que permite a ampliação da licença-maternidade. A lei, publicada ontem, faculta às empresas estender de quatro para seis meses a licença para suas funcionárias, sejam mães biológicas ou adotivas. “As mulheres ainda vão ter que fazer profundas negociações com seus empregadores para poderem ter esse direito. Mas, para nós, já é um avanço”, afirmou.

A senadora lamentou que a Confederação Nacional da Indústria (CNI) tenha comentado que uma licença-maternidade maior sacrifica a indústria.

– Como pode prejudicar a indústria se vai beneficiar as futuras gerações? – questionou.

Ideli comentou a recente Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (Pnad), que mostrou crescimento do número de famílias chefiadas por mulheres (29% das famílias) e constatou que o nível de desigualdade de renda entre homens e mulheres diminuiu, apesar de os rendimentos delas continuarem menores que os dos homens.

Em aparte, Rosalba Ciarlini (DEM-RN) também questionou a declaração da CNI. “A mulher que tem a oportunidade de passar seis meses cuidando do seu filho será uma trabalhadora muito mais produtiva, e o custo para a nação será bem menor, porque essa criança será bem mais saudável”, enfatizou.

Candidatos comprometidos com os direitos humanos

A inclusão da temática de direitos humanos na lista de compromissos políticos e administrativos dos candidatos às prefeituras e câmaras municipais é tema da próxima audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

A reunião será amanhã, às 9h,

na sala 2 da Ala Nilo Coelho.

Foram convidados para a audiência – solicitada pelo senador José Nery – o presidente da Confederação Nacional de Municípios, Paulo Roberto Ziulkoski; o presidente da Frente Nacional de Prefeitos, João Paulo Lima e Silva; o presidente da Associação Brasileira de Mu-

nicipios, José do Carmo Garcia; o presidente do Movimento Nacional dos Direitos Humanos, Gilson Cardoso; o secretário da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dom Dimas Lara Barbosa; e o presidente da Federação das Associações de Municípios do Pará, Walciney Ferreira Gomes.



Marconi destaca que milhões de pessoas lêem a Veja toda semana

Marconi homenageia Veja, que faz 40 anos

O senador Marconi Perillo (PSDB-GO) homenageou ontem a revista *Veja*, do Grupo Abril, que neste mês completa 40 anos de circulação.

– Um dos principais e mais importantes veículos de comunicação do Brasil e do mundo contemporâneo – disse o senador, lembrando que milhões de pessoas lêem a *Veja* todas as semanas.

Marconi destacou que a revista começou a circular em setembro de 1968, mesmo ano dos movimentos estudantis em Paris, da morte de Bob Kennedy, do 30º congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), da passeata dos 100 mil e da “infeliz iniciativa” do Ato Institucional (AI) nº 5.

PAIM: PETROBRAS VAI AMPLIAR INVESTIMENTO EM RIO GRANDE

A Petrobras garantiu o cumprimento do acordo firmado em 2007 – quando a empresa, em consórcio com os grupos Ultra e Braskem, assumiu o controle do grupo Ipiranga – de que não haveria redução dos investimentos da Ipiranga no Rio Grande do Sul nem demissão de trabalhadores. Ao dar ontem essa informação, o senador Paulo Paim (PT-RS) também disse que a Petrobras vai aumentar os investimentos na refinaria localizada no município de Rio Grande (RS) e poderá fazer novas contratações.

VALTER PEREIRA DIZ QUE JUÍZES CERCEIAM CAMPANHA ELEITORAL

Valter Pereira (PMDB-MS) relatou ontem situações em que promotores e juizes de primeira instância de Mato Grosso do Sul estariam cerceando a campanha eleitoral. Sem citar nomes de municípios, informou que oficiais da Justiça Eleitoral estão, dentre outras medidas, abordando motoristas de carros que portam adesivos de campanha e obrigando-os a retirá-los se quiserem estacionar em áreas comerciais.

MALDANER QUER AUMENTAR ACESSO AOS RECURSOS DO FAT

O acesso dos bancos de desenvolvimento que não sejam federais aos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) foi defendido ontem por Casildo Maldaner (PMDB-SC). Para isso, o senador solicitou a inclusão dessas entidades em dois projetos que prevêm a utilização dos recursos do fundo por cooperativas de crédito: o PLS 320/03, de Serys Silhessarenko (PT-MT) e o PLS 6/05, cujo autor é Osmar Dias (PDT-PR). As duas propostas tramitam em conjunto na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

Eduardo Suplicy aponta defasagem salarial de delegados paulistas

Suplicy apóia aumento a policiais de São Paulo

Eduardo Suplicy (PT-SP) manifestou-se favorável a aumento salarial para os delegados da Polícia Civil de São Paulo e para as demais carreiras da Polícia Civil do estado. Dizendo falar também em nome de Aloizio Mercadante (PT-SP) e Romeu Tuma (PTB-SP), Suplicy endossou ainda as reivindicações dos policiais por melhores condições de trabalho.

Conforme o senador, levantamento feito pela *Folha de S. Paulo* mostra que um delegado em início de carreira recebe R\$ 12,9 mil no Distrito Federal, enquanto em São Paulo esse valor é de R\$ 3,7 mil. “É possível que haja limitações no Orçamento, mas há que se encontrar solução justa e adequada”, disse.